

## O CONCEITO DE JUSTIÇA EM JOHN RAWLS

**JOSÉ ANSELMO DE OLIVEIRA**, Juiz de Direito, Mestre em Direito pela UFC, Professor da Faculdade de Direito da UNIT/SE, Professor da ESMESE, Autor do livro *Direito à Jurisdição: Implicações Organizacionais, Teóricas e Políticas* – SAFE/RS, 2003.

**SUMÁRIO:** I. Introdução. II. A Justiça e o contratualismo. 1.1. A Justiça em Rousseau. 1.2. Kant e a Justiça. 1.3. John Rawls e a sua Teoria da Justiça. II. O conceito de Justiça em John Rawls. III. Conclusão. IV. Bibliografia.

**RESUMO:** Trata-se de uma análise do conceito de Justiça segundo John Rawls a partir de sua teoria contratualista contemporânea. Enfrenta-se um diálogo entre os contratualistas clássicos e a contribuição de Rawls do ponto de vista filosófico.

### I. INTRODUÇÃO

A Justiça desde os primórdios desafia os pensadores a estabelecer coerentemente um conceito, uma teoria que explique a sua existência e o seu modo de operar-se no meio dos homens.

Nada é mais evidente que decorre o valor justiça da compreensão de que o homem é um ser moral e a sua conduta, sua atividade, seu agir, implica sempre numa relação direta com outro ser moral, como sujeito dessa relação natural, não importando que outros seres não morais possam participar dessa relação, especialmente como objeto da mesma relação, a exemplo das relações jurídicas cíveis.

Filosoficamente, a idéia do justo é preocupação que antecede a uma elaboração científica do próprio conceito de Justiça.

Anota-se em Platão, e com maior profundidade em Aristóteles, a idéia de que Justiça é um valor a realizar-se diante de uma relação existente, de uma

situação, do ponto de vista da justiça particular, a exigir uma justiça distributiva<sup>1</sup>.

Desta visão inicial do pensamento ocidental sobre a justiça até os dias atuais muito foi construído, sendo importante essa compreensão da evolução por ser indispensável compreender os sistemas onde a justiça aparecia ora como valor ético, ora como valor moral, e até mesmo ideológico.

Este trabalho não se destina a investigar as várias escolas e os sistemas e suas posições sobre a Justiça. Embora necessariamente se faça uma revisão histórica, o objeto do nosso estudo é o conceito de justiça na teoria da justiça desenvolvida por John Rawls.

## II. A JUSTIÇA E O CONTRATUALISMO

### II.1. A Justiça em Rousseau

Ante as questões suscitadas por Jean-Jacques Rousseau em *O contrato social* com relação à legitimidade do pacto social, ao problema da liberdade, ao despotismo, entre outros, que se seguiram aos pensamentos de seus antecessores como Hobbes e Locke, foi construída uma teoria que explicava o sistema jurídico.

No século XVII a grande preocupação dos filósofos teve por núcleo a discussão da passagem do estado de natureza para a sociedade civil, como forma de combater a origem divina dos soberanos.

O iluminismo vem se contrapor ao que às vezes tomava a forma de fanatismo, diante da falta de explicações para tantas dúvidas. Embora não se diga pura e simplesmente que a Idade Média se curvara à ignorância, muito do que se produziu depois se deve ao esforço de muitos que foram até mesmo esquecidos.

O fato de somente com o racionalismo de Descartes, com a teoria política moderna desenvolvida a partir de Hobbes, Locke, Montesquieu, não significa negar a contribuição do pensamento clássico, inclusive dos sofistas, como mais tarde reconheceram Hegel, Nietzsche e Grote<sup>2</sup>.

O fato de dedicar ao pensamento de Rousseau especial atenção, nesta análise decorre da própria idéia de contratualismo construído por ele, e a discussão que desenvolve sobre a legitimidade, como se vê, quando diz:

*“Quero indagar se pode existir, na ordem civil<sup>3</sup>, alguma regra de administração legítima e segura, tomando os homens como são e as leis como podem ser.”<sup>4</sup>Esforça-me-ei sempre para unir o que o direito permite ao que o interesse prescreve, a fim de que não fiquem separadas a justiça e a utilidade.”<sup>5</sup>*

Como não é objeto desse trabalho analisar a obra de Rousseau, mas a sua contribuição para o conceito de justiça, podemos perscrutar sobre a idéia que

possuía do homem, cujo estigma do Estado liberal que se iniciava tinha no individualismo a chave, ao contrário, o homem de Rousseau está perfeitamente ligado ao coletivo, tanto que a lei que nasce da entrega do individual em nome do coletivo como salvaguarda da idéia de justiça com equidade nascida da vontade geral.

A idéia de igualdade natural fez Rousseau, com o uso da razão, ter percebido a existência de uma desigualdade, fruto dessa visão estreita, tanto que em seu “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” alerta para o fato de o homem ser a causa da própria infelicidade.

Assim, para Rousseau a lei traz uma forma de justiça que deve respeitar a igualdade formal, a partir das ações dos homens, justos ou injustos.

A sua importância está na reflexão sobre o homem enquanto vivendo no estado natural e o homem numa sociedade civilmente organizada, a justiça como ideal da democracia liberal.

## **II.2. Kant e a Justiça**

A contribuição de Immanuel Kant para a filosofia, de tão significativa, continua até hoje sendo um ponto de partida para a discussão e à reflexão, no tocante ao problema da justiça, serve de apoio à idéia do contratualismo inicialmente formulado por Locke em seu *Segundo Tratado de Governo* e Rousseau em *O Contrato Social*, principalmente com o *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, de 1785, onde busca demonstrar o fundamento da filosofia moral.

Para Kant todo o ser racional é dotado de uma vontade e onde a idéia de liberdade sob a qual, e somente sob a qual, ele atua. Uma razão legisladora, que dá ou fixa as leis. Distingue a “lei” fruto da razão das normas que somente são postas a partir de um ato de vontade.

Razão e vontade, para Kant, segundo Kelsen, são distintas faculdades do homem, porém agindo em busca do sentido de justiça e de liberdade.

*A crítica da razão pura* e *A crítica da razão prática* contribuíram para afirmar que o contratualismo se manifesta na possibilidade de racionalmente os homens escolherem a forma de sociedade e de suas leis, o pacto firmado é justificador da justiça possível e previamente consentida, conceituando-a e explicando-a.

O Estado para Kant era resultado da sua visão apenas jurídica, um conjunto de leis a obrigar os homens que estivessem sob o seu domínio, a expressar a influência do positivismo em sua concepção, sem superação do jusnaturalismo.

A justiça seria o resultado da vontade e da liberdade do homem enquanto ser racional, manifestada nas leis, a exigir o respeito de todos.

## **II.3. John Rawls e a sua teoria da Justiça**

Alerta o próprio Rawls, que busca em sua teoria fixar fundamentos de um neocontratualismo partindo da inspiração humanista de Locke, Rousseau, e sobretudo Kant em oposição ao utilitarismo de Bentham.

A reconstrução do contratualismo a partir de um pacto social, democraticamente posto e renovável, e com a possibilidade de permitir até mesmo a desobediência civil como forma de expressar um direito de resistência, é a novidade proposta por Rawls.

Enfrenta a teoria de Rawls problemas como a questão da igualdade “natural” e a igualdade “liberal”. Produzindo, então, como forma de compatibilizar, dois princípios, o primeiro nascido do momento primário da aceitação diante de fatos e circunstâncias naturais de uma pretensa igualdade firmada pelo direito e envolto num “véu de ignorância”, e o segundo, numa forma de justiça distributiva, compensatória, resultando necessariamente benefícios para os menos afortunados.

As críticas à teoria de Rawls partem da sua própria congregação, o professor de Sociologia da Universidade de Oxford, Steven Lukes, que em razão do “véu de ignorância” dos contratantes diz ficar configurado o “individualismo metodológico”, e que completa ao afirmar que esta teoria seria em verdade uma “Teoria da Justiça Democrática Liberal”.<sup>6</sup>

Para Roberto Mangabeira Unger, esta é “a postura típica tanto dos aristocratas decadentes (sic) quanto das inteligências críticas na história do Estado moderno”.<sup>7</sup>

Parece que, sem embargo das críticas, o pensamento de Rawls em sua teoria volta-se para enfrentar um problema típico do formalismo kelseniano, e não se diga com isso que Rawls seria um igualitarista, ao contrário, seria melhor classificá-lo como redistributivista, dando prioridade às necessidades dos menos favorecidos.

Procura Rawls fundamentar a sua teoria de Justiça quando busca explicar em duas partes relativas aos princípios: a primeira, uma interpretação da situação inicial, e a formulação de vários princípios disponíveis para a escolha, a segunda.

Finalmente, após reconhecer que a sua teoria não é completamente satisfatória, conclui: “Tenho procurado apresentar a teoria da justiça como doutrina sistemática viável, para que a idéia de maximizar o bem não domine por omissão.” (*Uma Teoria da Justiça*, p. 425).

### III. O CONCEITO DE JUSTIÇA EM JOHN RAWLS

Expresso como principal idéia da teoria da justiça, o objetivo do filósofo Rawls é a conceituação de Justiça de forma mais genérica possível que leve a um nível mais alto de abstração à difundida teoria do contrato social, tal como proposta por Locke, Rousseau e Kant.

A Justiça para Rawls é equidade no momento inicial do pacto, partindo-se da suposição que todos são iguais, e que por isso podem determinar a forma de atuar a defesa dos seus direitos, fixar os direitos, categorizar os bens que interessam ao grupo social.

Num segundo momento a Justiça é vista como um bem, partindo da idéia primária de que ninguém teria conceitos de bem, conceito agora fixado contratualmente como também os seus princípios aptos a produzir vantagens para todos – o que somente seria justo, ou para alguns quando se destinar a melhorar os menos privilegiados – como redistribuição.

Justiça e igualdade, à moda liberal, andam juntos no conceito proposto pela teoria de Rawls, representando efetivamente, sem assumir, uma postura de defesa do neoliberalismo.

#### IV. CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, esse pequeno estudo sobre o conceito de Justiça permitiu apreender que a filosofia ao dedicar-se a discutir os problemas de moral e dos seus valores, jamais poderia deixar de lado a questão justiça.

A idéia do bem e do justo, que desde a antigüidade clássica até os nossos dias sempre suscitara reflexões, especialmente com as mudanças do homem em suas relações econômicas, políticas e espirituais.

Independentemente da conceituação de Rawls sobre a Justiça, não poderia perder a oportunidade de concretamente perceber e dizer que a Justiça é um valor que acompanha o homem em sua busca de felicidade e de realização, não importando o sistema, o regime político, as convicções religiosas, todos em seu tempo e momento histórico, tendo por fim último o homem feliz.

O debate filosófico sobre o que é Justiça obedece aos matizes das correntes ideológicas, daí se poder afirmar a existência de uma “justiça liberal”, “justiça social”, “justiça moral” e “justiça religiosa”, podemos até mesmo supor a existência de uma “justiça de malfeitores”, a exemplo do crime organizado, cujos valores exercitados no julgamento dos seus membros são os pactuados na organização.

Não nos interessou, nesse trabalho, aprofundar as questões imanentes ao debate sobre a justiça em todas as suas acepções, fizemos um corte necessário para objetivamente concluirmos, que para John Rawls a Justiça cumpre um papel nos limites do pacto contratual, sem antecedentes axiológicos a perturbar o contrato, nascida apenas do que seria uma vontade geral, em vista da garantia da liberdade nos moldes do liberalismo avançando na redistribuição como forma não de buscar uma igualdade material plena, mas de compensar aqueles que não foram beneficiados naturalmente no plano da distribuição primária.

A justiça de Rawls tem na idéia de autonomia e no imperativo categórico de Kant sua base, é a reinterpretação do conceito kantiano.<sup>8</sup>

## V. BIBLIOGRAFIA

- AFTALION, Enrique R. , OLANO, Fernando Garcia, e VILANOVA. *Introducción al derecho*. 9ª edición. Buenos Aires: Cooperadora de Derecho y Ciencias Sociales. 1972.
- BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal. 3ª reimpressão. 1994. ( Título original: Gramsci e la concezione della società civile)
- \_\_\_\_\_. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus. 7ª reimpressão. 1972.
- FALCÃO, Raimundo Bezerra. *Hermenêutica*. São Paulo: Malheiros. 1997.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução de Valerio Rohden e Udo Balduur Moosburger. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1999. Coleção Os Pensadores.
- KELSEN, Hans. *O problema da justiça*. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes. 1993. (Título Original: Das problem der gerechtigkeit. Viena; Franz Deuticke. 1960.)
- FARIA, Anacleto de Oliveira. *Textos clássicos de filosofia do direito. (publicação em homenagem ao professor Miguel Reale)*, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1981.
- PEREIRA, Aloysio Ferraz. *Textos de filosofia geral e de filosofia do direito. Coletânea*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1980.
- \_\_\_\_\_. *Estado e direito na perspectiva da libertação (uma crítica segundo Martin Heidegger)*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1980.
- Rawls, John. *Uma teoria da justiça*. Tradução de Vamireh Chacon. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1981. ( Título original: A theory of justice. Harvard University Press. 1971.)
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social ou princípios do direito político*. Tradução de Lourdes Santos Machado. Introduções e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. Coleção Os Pensadores. Vol. I. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1999.
- \_\_\_\_\_. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. ( idem. Ibidem.) Vol. II.
- VASCONCELOS, Arnaldo. *Direito, humanismo e democracia*. São Paulo: Malheiros. 1998.

<sup>1</sup> Sobre a visão aristotélica da justiça Enrique R. Aftalion e outros, tratam ao discorrer sobre a história da doutrina sobre a Justiça, em a *Introduccion al Derecho*, Buenos Aires: 9ª edición. 1972. ( 176-191).

<sup>2</sup> Como bem lembra Arnaldo Vasconcelos ao escrever sobre as idéias político-jurídicas dos sofistas, em *Direito, Humanismo e Democracia*. São Paulo: Malheiros, 1998. (58-108).

<sup>3</sup> Significando hoje ‘ordem pública’, segundo anota Lourival Gomes Machado, não se tratando das relações privadas próprias na atualidade do Direito Civil.

<sup>4</sup> Ponto de separação entre Montesquieu, pois em o *Espírito das Leis* temos a explicação das leis que são a partir dos fatos que a geraram, o *Contrato Social* busca verificar o que devem e podem ser as leis para resolver as questões do homem, individualmente e coletivamente.

<sup>5</sup> Não se trata do utilitarismo propriamente, Rousseau deseja princípio e ação atendidos a um só tempo, conforme observa Lourival Gomes Machado.

<sup>6</sup> Vamíreh Chacon cita as críticas feitas à teoria da justiça de Rawls na introdução que escreveu na edição por ele traduzida e editada pela Universidade de Brasília, e que foi utilizada neste trabalho. ( p. 7).

<sup>7</sup> Vamíreh Chacon op. cit. (p. 7).

<sup>8</sup> Não pode ser outra a própria afirmação de Rawls quando diz: “ Basta dizer que se eu estiver enganado, a interpretação kantiana da justiça como equidade é menos fiel às intenções de Kant que estou presentemente inclinado admitir.” Op. cit. (p. 201).

